

Notícias do dia 29 de maio



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS



Sumário

Número de notícias: 3 | Número de veículos: 2

O POPULAR - GO - POLÍTICA
TCE - GO

"Ideal seria ter planejamento (de teto de gastos) para o resto da vida" 3

O POPULAR - GO - POLÍTICA
TCE - GO

O remédio para a crise fiscal - CILEIDE ALVES 6

DEFESA AGÊNCIA DE NOTÍCIAS - NOTÍCIAS
TCE - GO

CGE prestará consultoria aos órgãos participantes do Prêmio Goiás mais Transparente
..... 8

"Ideal seria ter planejamento (de teto de gastos) para o resto da vida"

Goiás solicitou que seu tempo de permanência no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) durasse seis anos, mas, em meio à adaptação do plano do Estado para entrada no programa, após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), isso pode mudar, aponta a secretária de Economia, Cristiane Schmidt. Ela explica ao POPULAR os próximos passos que o Estado precisa dar e porque o governo quer prazo de dez anos para o teto de gastos, estipulado em Proposta de Emenda à Constituição (PEC) enviada à Assembleia Legislativa.

A PEC estende o teto de gastos até 2031, mas **Goiás** pediu a adesão ao RRF até 2027. Por que o teto por mais tempo?

Importante esclarecer que o teto de gastos nada tem a ver com RRF neste momento. Em 2018, não respeitamos o teto de gastos da LC (Lei Complementar) 156, da renegociação das dívidas com a União, e, portanto, a União nos multou em R\$ 1,1 bilhão em 2020. Não foi só **Goiás**, outros Estados furaram o teto também. Com isso, os Estados todos solicitaram ao Ministério da Economia, junto com o Congresso Nacional, para que não tivesse essa multa, porque é muito alta, especialmente para Estados como **Goiás**, que têm um problema fiscal grande. Com isso, na negociação no Congresso, eles resolveram abolir essa multa, mas todos os Estados que descumpriram teriam de cumprir o teto por três anos consecutivos a começar de 2021. Por isso, no artigo 40, parágrafo único (da PEC enviada à Assembleia), é colocado que em 2021 é preciso estar adequado ao teto de gastos da LC 156 porque, na verdade, ele vai valer para este ano, para 2022 e 2023. Só que, se a gente entrar no RRF de fato, o que vai ocorrer em janeiro de 2022: a gente terá que ter um teto porque o artigo 2º (da LC 178) exige que o Estado tenha um teto de gastos, o que coincide com o da (LC) 156, basicamente. Então, já que a gente tem de passar um teto de gastos para o RRF, que é por dez anos (nove anos), foi uma exigência da STN (Secretaria do Tesouro Nacional), que a gente teria de fazer (um teto) pelo período do RRF. Estamos aproveitando a ocasião de que temos de ter um teto pela (LC) 156 já este ano para poder encaminhar a PEC já por esse período todo.

A PEC também determina planejamento antecipado na Lei Orçamentária Anual para concessão de reajustes e promoções a servidores ou realização de concursos

públicos.

Acho extremamente oportuno aproveitar esse momento para fazer um planejamento da nossa folha de ativos, porque, nesse plano de recuperação fiscal, a gente vai poder considerar como vão ser os concursos, quais as vacâncias que a gente vai querer cobrir, e se vai querer dar progressão ou promoção. Ou seja, tudo que quiser fazer de aumento de remuneração dentro da folha tem de estar contemplado no plano de recuperação fiscal e nas leis orçamentárias. Isso é benéfico para o Estado, cria uma cultura de planejamento. A gente precisa se planejar para que não leve sustos ao longo do caminho. Expliquei porque o prazo vai até 2031, mas o ideal seria que nós tivéssemos (um teto) assim como o da União, para que a sociedade entendesse que Estados, governos locais e a própria União precisam da cultura da responsabilidade fiscal já dentro do seu sangue para que (a gente) não tenha mais problemas como o não pagamento de servidores em 2018, por exemplo. Seria muito oportuno a gente ter esse planejamento para o resto da vida, como acontece no nível federal. Como brasileira, acho muito oportuno que a União consiga manter seus gastos dentro do limite da inflação. Isso é importante para a sociedade, porque o que eu quero, como brasileira, é que o Brasil cresça, melhore sua distribuição de renda, e consiga atender a população. Para isso, é preciso de margem fiscal. Não tem como. A receita de um Estado, do município, da União, ela é limitada.

Deputados e Poderes já falam sobre possível redução do período do teto proposto para **Goiás**. Existe margem para essa redução? Ao invés de até 2031, ser menos tempo?

A exigência é que, durante o regime, tenho que ter o prazo (do teto). No plano (entregue pelo Estado) que a STN tem, e que estamos fazendo revisões, ou seja, não é definitivo ainda, a gente estaria saindo do regime em 2027. Mas, se a gente considerar aí que vão ter promoções, aumento de folha, a gente vai passar (para a STN) agora (um plano) de uma maneira mais especificada, então, não sei até quando vai esse prazo. A gente tem de ter essa regra (o teto) pelo menos durante o plano.

Pode ser mais de seis anos?

Nesse momento, trata-se de uma minuta do plano, que entendeu que, até 2027, a gente já estaria alcançando o resultado primário suficiente para pagar o serviço da dívida. Agora, especificando melhor o plano, se vai mudar essa data, não sei. Isso será visto ao longo do 2º semestre.

O governador Ronaldo Caiado disse que vai oficializar o pedido de adesão ao RRF até 12 de junho. O que está previsto daqui até lá?

A Assembleia tem de aprovar a adesão ao regime. Aí a gente entra com a solicitação e entra também com a solicitação do refinanciamento passado (da dívida que deixou de ser paga desde junho de 2019, devido às liminares do STF), que não tem nada a ver com o RRF, tem a ver com a (LC) 178, e que vale para outros Estados também. Não é porque estamos entrando no regime que podemos refinar (as dívidas), a gente já poderia fazer isso, entrando ou não no regime. Mas vai ter de assinar, no dia seguinte, os contratos de refinanciamento do passado e do futuro (a dívida que continuará suspensa pelos próximos 18 meses, por determinação do STF), que são os contratos que a gente vai querer que estejam ali contemplados para terem essa suspensão. As datas são essas: dia 12 a gente entra com o pedido, dia 21 com os contratos de refinanciamento do passado, e dia 22 com os de refinanciamento do futuro. Aí temos todo um período para fazer o plano com a STN, mas 85% dele já está feito, só precisa de ajustes.

Neste ano dá para finalizar tudo e **Goiás** entrar no RRF?

Com certeza.

Existe a possibilidade de o Estado fazer amortizações da dívida com venda de ativos, como **Celg** GT. Qual é o cronograma para que isso aconteça?

Vamos ter a privatização da **Celg** GT agora no segundo semestre. Essa vai ser a primeira tranche, mas vai ter venda de ativos ao longo do caminho, e aí a gente vai amortizando. Temos uma programação preliminar que vai ser melhorada, agora com a participação do governador, validando as coisas que vamos colocando, para que a gente consiga sair desse buraco. E não tenho dúvida: vamos sair. Não sei se ainda vou estar no Estado, mas vou ter deixado tudo preparado para que a gente siga em direção à Capag (Capacidade de Pagamento) B e Capag A.

O Rio de Janeiro foi o único Estado a aderir ao RRF, mas não cumpriu o plano e está numa situação fiscal pior. O que **Goiás** vai fazer de diferente para não ter o mesmo destino?

Absolutamente tudo (incisiva). Se o Rio de Janeiro fez "A", vamos fazer "menos A". Tiveram três problemas grandes aí: primeiro, uma LC 159 (a lei original do RRF, de 2017) ruim, que deixou o Estado três anos seguidos com dívida 100% suspensa; segundo, o Estado não fez o dever de casa; e terceiro, a União não fez as sanções. Foi um desastre. Agora, a União aprendeu, mudou a lei, e **Goiás** tem um governador que de fato quer ajustar as contas e criar margem fiscal para fazer investimentos. Eu não ponho uma marca minha em algo que não vou fazer direito. Todos os trabalhos que tive foram para fazer algo correto, e só estou aqui porque o governador quer fazer de forma correta.

Sobre a suspensão da dívida, somando o período das liminares com os próximos 18 meses, é quase o mesmo tempo do Rio ...

As dívidas suspensas que tivemos foram alguns contratos. Nós continuamos pagando alguma coisa. Foram praticamente dois anos, e ela vai entrar no saldo devedor por 360 meses, coisa bem diferente do Rio de Janeiro, que tinha de entrar no saldo devedor para pagar em três anos. É impagável.

Como o serviço da dívida vai continuar suspenso para **Goiás**, deve sobrar uma margem de aproximadamente R\$ 200 milhões por mês ao Estado. Há alguma prioridade para uso desse dinheiro? Investimentos em, por exemplo, asfalto, saúde...

Como o estado é de calamidade, o Estado está se ajustando. A suspensão da dívida foi muito importante em 2019 e continua sendo. Qual a diferença? Agora, a gente vai ter tranquilidade para não ter de ficar gastando tempo indo a Brasília pedir que a liminar continue valendo. A gente vai poder trabalhar com um pouco mais de segurança no nosso plano de eliminação desses passivos todos no Estado. Então, o benefício da suspensão a gente já estava tendo, e vai continuar tendo. Isso não é novidade. O que a gente está fazendo de diferente? Estamos conseguindo pagar a folha de servidores em dia, com consignado. Esses restos a pagar, que eram estruturais no Estado, vindo desde 2014, 2015, a R\$ 3,5 bilhões ao ano, a gente já reduziu a 80%. Isso é fantástico. Hoje, pago as contas em dia e pode perguntar a todos os fornecedores quem é que está (recebendo) atrasado. Claro, tenho os atrasos que ainda estou pagando do passado, devagar; não tenho como pagar tudo de maneira rápida. Estou usando essa suspensão não é para fazer brincadeira, é para me ajustar. Uma das maiores dívidas que deixaram para mim é uma vinculação não paga de Saúde gigantesca e tenho de fazer hoje um TAC (Termo de Ajuste de Conduta) com o **TCE** para poder fazer esse pagamento ao longo do tempo. Isso é uma das coisas. Deixaram uma dívida

gigantesca com a Saneago, porque fizeram dívida pública dizendo que o Tesouro ia bancar as contas e o Tesouro não banca, então, estou saneando isso tudo. São coisas que o cidadão goiano não nota, mas estou saneando todos os cacarecos por aí, de problemas fiscais. Eu tinha mais de 4.500 fornecedores sem receber, e hoje já eliminei mais de 90%. Ainda falta porque ainda estou renegociando, mas estou conseguindo equacionar.

E as vinculações constitucionais?

Cumprindo no nível de pagamento. Quero saber qual foi o governador no Estado que conseguiu cumprir as vinculações de Saúde e Educação no nível do pagamento. São três níveis: empenho, liquidação e pagamento. E por que faço isso? Para mostrar que, com Saúde e Educação, a gente não brinca, são prioridades do governo, então é onde a gente precisa gastar dinheiro. Segurança Pública é outro. Nenhum indicador da segurança piorou, porque nós estamos fazendo investimentos na área. Estamos fazendo investimentos no meio ambiente. Ainda não estamos no estágio ideal, precisamos melhorar, mas estamos indo na direção correta para eliminar burocracia, para institucionalizar processos e procedimentos. Estamos melhorando a eficiência da máquina pública para servir melhor à população. Hoje, por exemplo, eu tenho reclamações grandes com relação ao ITCD (Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos) e estamos investindo para melhorar os procedimentos, para que o processo seja mais célere, para que a burocracia diminua. Investimos em inteligência artificial para pegar sonegadores, para pegar concorrência desleal, porque não é justo uma pessoa pagar corretamente (os impostos) e a do lado, não. Então, estamos fazendo investimentos na máquina pública que não eram possíveis de serem feitos antes porque não tinha margem fiscal, afinal, nem os servidores o governador anterior conseguiu pagar. Vejo que o antigo governador falou do RRF (referência a José Eliton, do PSDB). Deu entrevista dizendo que a União vai ficar metendo o bedelho aqui. O que eles (União) querem saber é se vou cumprir com o teto da LC 156 este ano, se vou cumprir com o teto nos outros anos. Que história é essa que o governo federal vai ficar mandando? Me diz alguma coisa que o governo federal vai impor aqui, além do que já impôs, que é o teto da 156, e que é bom para o goiano, limitar ao nível da inflação os gastos no Estado? Por que isso é ruim? Para quem isso é ruim? Para o goiano não é.

Existe, fora de tudo isso que citou, um plano de investimento para o ano que vem?

O plano de investimento é o do PPA (Plano Plurianual). Estamos fazendo uma lipoaspiração para

caber dentro do Orçamento, dentro do teto de gastos que está sendo feito. A gente está fazendo um ajuste no PPA para que tudo seja colocado de maneira que todos os gastos que faremos esteja ali dentro. Por exemplo, dentro do Protege, temos o **Goiás Social**, que tem 300 casas (para serem construídas), esse é o projeto da Seds (Secretaria de Desenvolvimento Social). Isso está dentro do plano. A gente está usando as vinculações de Saúde e Educação para melhorar as escolas, equipar, dar internet. Há escolas com aulas de robótica. Estamos investindo no que o cidadão precisa: escolas, casas populares, saúde, rodovias, pontes, isso tudo está sendo feito, mas dentro de um plano, que é o PPA. Em 2019, infelizmente, não conseguimos fazer absolutamente nada. O Estado de **Goiás** foi o que menos investiu por conta dessa herança maldita de não ter nenhuma margem fiscal. Nós fomos o segundo no Brasil de pior investimento, perdemos só para o Acre. Agora, estamos começando a ter mais fôlego para poder fazer os investimentos necessários à população. O governador é muito claro e fala isso para o secretariado: não quero fazer investimento para ganhar eleição, quero fazer investimento para melhorar a vida da população. Esse é um olhar muito diferente, muito republicano. E mais uma vez eu digo: estou em **Goiás** porque o governador Ronaldo Caiado é um político republicano. Convite foi o que mais tive para ir para outros lugares, mas não fui. Estou fazendo ajuste fiscal não é com um fim em si mesmo, nunca será. Ele sempre vai ser um meio para obter margem fiscal para fazer investimento naqueles que precisam e nas áreas que precisam.

Site: <https://www.opopular.com.br/digital/29-maio-2021/1o-caderno>

O remédio para a crise fiscal - CILEIDE ALVES

CILEIDE ALVES

"O governador preferiu o caminho de sua narrativa política, que no curto prazo vai ajudá-lo a compor o discurso de terra arrasada e a fustigar seus adversários, mas no longo prazo comporá a história de seu governo, fruto de escolhas como esta de aderir ao RRF"

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) favorável à adesão do Estado de **Goiás** ao regime de recuperação fiscal (RRF) era para ser o desfecho da história que o governador Ronaldo Caiado (DEM) rascunha desde a campanha eleitoral de 2018, ao descrever um Estado com as finanças devastadas, despesas superiores às receitas e assolado pela corrupção.

O "quarto pior Estado da Federação, atrás apenas do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul", segundo o governador repetiu à exaustão, precisava urgentemente entrar em recuperação fiscal, a exemplo das empresas que recorrem à Justiça por uma recuperação judicial como última alternativa contra a falência. O Ministério da Economia discordou, o impasse foi para a justiça e a história passou a ser reescrita por várias mãos (pela União, pelo Estado e pelo ministro Gilmar Mendes, que foi o relator da ação no STF). Assim ressurgue outra versão.

A situação financeira de **Goiás** é realmente desafiadora, contudo, seu **desequilíbrio** não é comparável à situação de Minas e do Rio. Em 2018 a disponibilidade de caixa dos dois Estados era negativa em R\$ 28 bilhões (49,7% da receita corrente líquida - RCL) e em R\$ 16,7 bilhões (33,3% da RCL), respectivamente, enquanto a de **Goiás** era de apenas R\$ 2,8 bilhões (13,3% da RCL). No caso goiano houve ainda "uma certa irresponsabilidade fiscal", para usar as palavras de Gilmar Mendes, em especial em relação às despesas com pessoal, que foram artificialmente mantidas nos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) por uma contabilidade criativa do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, a quem caberia exigir o cumprimento da lei.

Acrescenta-se ao quadro uma dívida alta de curto prazo com fornecedores e repasses a municípios (restos a pagar), rolandas de exercícios anteriores, e o alto comprometimento da receita mensal com os

serviços da dívida renegociada ou contraída com aval da União. Em resumo, este foi o diagnóstico do paciente que para o médico Ronaldo Caiado deveria ser levado à UTI, mas que para a União, corroborando discurso repetido também à exaustão pelos ex-governadores Marconi Perillo e José Éliton, merecia ser tratado na enfermaria. O STF desempatou a favor da UTI.

A solução do impasse pela via judicial alimenta dúvidas sobre o acerto da terapia, que começará a ser aplicada a partir da assinatura do plano de recuperação fiscal, previsto para janeiro de 2022, assim como sobre as escolhas do atual e do antigo governo. Os tucanos exageraram nos gastos, atrasaram e rolaram dívidas que cresceram como bola de neve a pretexto de fortalecer a infraestrutura do Estado. Caiado faz um governo de ajuste fiscal, "de tesouraria", como costuma dizer um ex-secretário.

A seu modo Caiado também atrasou contas, mas o fez com autorização judicial. O governador pagará apenas 6 das 48 parcelas mensais do serviço da dívida ao longo de seu mandato. Uma economia de aproximadamente R\$ 240 milhões a cada mês. Com a adesão ao RRF, o governo trocará essa dívida de curto prazo por uma de longo prazo, com pagamentos a perder de vista e em condições mais favoráveis ao Estado.

Sob esse aspecto a renegociação significa uma vitória política de Caiado, que consegue fazer caixa para investimentos. Contudo, o Estado vai entrar em uma camisa de força, com as suas ações monitoradas ao longo de seis anos (tempo que o governo prevê para realizar o ajuste das contas) pelo Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal, formado por um representante da União, um do TCU e um do Estado. Esse conselho de burocratas terá, inclusive, as senhas de acesso à rede de dados do Estado para acompanhar as contas em tempo real. O Estado perderá autonomia enquanto durar o ajuste.

A oposição insiste que a dose do remédio é excessiva e que provocará efeitos colaterais. Considera, com alguma razão, que o governo poderia ter construído alternativas ao RRF para renegociação dessas dívidas. Cabe ao governador decidir e ele preferiu o caminho de sua narrativa política, que no curto prazo vai ajudá-lo a compor o discurso de terra arrasada e a

fustigar seus adversários, mas no longo prazo comporá a história de seu governo, fruto de escolhas como esta de aderir ao RRF.

Site: <https://www.opopular.com.br/digital/29-maio-2021/1o-caderno>

CGE prestará consultoria aos órgãos participantes do Prêmio Goiás mais Transparente

Foi dada a largada para o 3º Prêmio **Goiás** mais Transparente, edição 2021, que tem como objetivo estimular o desenvolvimento e o aperfeiçoamento contínuo da transparência das páginas de acesso à informação dos órgãos e entidades do **Governo de Goiás**. O prêmio será realizado novamente com a parceria entre o **Governo de Goiás** e o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE)**.

Neste ano, para suplantar os ótimos resultados alcançados na edição do prêmio em 2020, a Controladoria-Geral do Estado (**CGE**) prestará consultoria individual aos órgãos, visando elevar o índice de efetividade dos portais de transparência nos sites das instituições do Poder Executivo. É determinação do governador **Ronaldo Caiado** que esses portais atinjam o grau de excelência em transparência para que a sociedade tenha acesso a todos os dados referentes à gestão estadual.

Serão atendidos pela **CGE**, nas consultorias individualizadas, 37 órgãos, autarquias e fundações integrantes do Poder Executivo goiano, além de 13 empresas públicas e sociedades de **economia** mista. Na edição do ano passado, 83% dos órgãos avaliados alcançaram a Categoria Ouro - Excelência em Transparência, a maior da premiação. A meta dessa terceira edição é chegar próximo de 100% dos participantes premiados nessa categoria.

O que se busca com a consultoria é estimular o desenvolvimento e o aperfeiçoamento contínuo da transparência ativa e transparência passiva, o atendimento às exigências legais e às melhores práticas de entrega de informações para a sociedade, além de possibilitar que a transparência seja um caminho para o controle social e para a melhoria dos serviços prestados à população goiana.

O Prêmio **Goiás** mais Transparente integra a pontuação do ranking anual do Programa de Compliance Público de **Goiás**, no qual todos os órgãos estaduais concorrem para apresentar os resultados deste que é um dos maiores programas de integridade executados pelos estados brasileiros e que tem como eixos a ética, a transparência, a responsabilização e a gestão de riscos.

Consultoria

O regulamento do prêmio, com as metodologias aplicadas e o checklist dos itens avaliados, será publicado em julho no site da **CGE**. Depois das reuniões de consultoria, entre junho e julho, os órgãos terão o mês de agosto para fazer as adequações. Em setembro, começam as avaliações dos portais de transparência pelas equipes da **CGE** e do **TCE**. A classificação final do Prêmio **Goiás** mais Transparente será conhecida em dezembro, durante os eventos da Semana Internacional de Combate à Corrupção.

Sobre a consultoria, os órgãos estaduais receberam ofício da **CGE** por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), sistema de tramitação de processos do Estado, com os detalhes dos procedimentos e as datas das reuniões. Cada uma das instituições deve revisar a avaliação da edição 2020 do prêmio, onde foram mostrados os pontos da página de acesso à informação que ainda não atendiam completamente a metodologia, pontos esses que devem ser corrigidos.

Todas as dúvidas que surgirem ou informações que as equipes responsáveis pelo portal de transparência do órgão não conseguirem solucionar deverão ser encaminhadas em relatório prévio à **CGE** e serão tratadas na reunião de consultoria, realizada de forma virtual. A partir de setembro, quando começa a avaliação das páginas, as consultorias não poderão mais ocorrer.

Fonte: **CGE - Governo de Goiás**

Site: <https://defesa.com.br/cge-prestara-consultoria-aos-orgaos-participantes-do-premio-goias-mais-transparente/>